
Standard Chartered Bank (Brasil) S/A – Banco de Investimento

Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3

31 de Março de 2011



Índice

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	CONTEXTO OPERACIONAL	3
III.	ESTRUTURA GLOBAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	3
IV.	RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ.....	4
4.1	Governança	5
4.2	<i>Value at Risk</i>	6
4.3	<i>Back Testing</i>	6
4.4	Testes de Estress	7
4.5	Estrutura de Precificação	7
4.6	Comunicação Interna.....	8
4.7	Sistemas Utilizados	8
4.8	Políticas de <i>Hedge</i>	8
4.9	Risco de Taxa de Juros da Carteira <i>Banking</i>	9
4.10	Metodologia de Cálculos Regulatórios Locais	9
4.11	Evolução da Exposição	9
V.	RISCO DE CRÉDITO	11
5.1	Políticas de Crédito.....	11
5.2	Medição e Avaliação de Crédito.....	11
5.3	Aprovação de Crédito	12
5.4	Risco de Concentração	12
5.5	Monitoramento e Comunicação Interna	12
5.6	Mitigação de Crédito.....	13
5.7	Exposição a Risco de Contraparte	14
VI.	RISCO OPERACIONAL.....	15
6.1	Objetivo.....	15
6.2	Estrutura de Governança	15
6.3	Papéis e Responsabilidades	16
6.4	Administração da Informação	16
6.5	Metodologia de Cálculo de Capital.....	16
VII.	GESTÃO DE CAPITAL.....	17
7.1	Patrimônio de Referência (PR).....	17
7.2	Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do PR	18

I. INTRODUÇÃO

Este relatório destina-se a prover acesso público às informações relativas ao gerenciamento de riscos do Standard Chartered Bank Brasil S/A – Banco de Investimento (“SCB Brasil”), subsidiária integral do Grupo Standard Chartered (“Grupo”), em conformidade com o disposto na Circular 3.477/2010 do Banco Central do Brasil (“BACEN”). Adicionalmente, o relatório tem como objetivo atender aos dispositivos das Resoluções 3.380/2006, 3.464/2007 e 3.721/2009 do Conselho Monetário Nacional, as quais determinam que as estruturas de gerenciamento de riscos operacional, de mercado e de crédito devem ser evidenciadas em relatório de acesso público. Importante ressaltar que todas as unidades de gerenciamento de risco atuam de maneira independente das áreas de negócios.

As informações qualitativas deste relatório são atualizadas com periodicidade mínima anual, de acordo com o especificado na Circular 3.477/2010.

Este relatório foi aprovado pela diretoria do banco no Brasil, sendo a mesma responsável pela exatidão das informações de acordo com a regulamentação do BACEN e deve ser lido juntamente com as demais informações divulgadas pelo SCB Brasil, em especial as Demonstrações Contábeis disponíveis em <http://www.standardchartered.com/br/pt/>

II. CONTEXTO OPERACIONAL

Com a internacionalização do mercado financeiro brasileiro nas últimas décadas e fortalecimento das relações comerciais do Brasil com países da Ásia, África e Oriente Médio, regiões onde o Standard Chartered Bank está presente há mais de um século, o Brasil passou a ser um mercado importante dentro da estratégia internacional do Grupo Standard Chartered. Em meados de 2009, o Standard Chartered Bank formalizou pedido ao BACEN para a incorporação de um banco de investimento com autorização para operar no mercado de câmbio no país. Através de ofício datado de 20 de abril de 2010 o BACEN concedeu a licença. O Banco iniciou suas atividades em 24 de maio de 2010, com o objetivo principal de apoiar e desenvolver negócios que envolvam a África, Ásia e Oriente Médio, com foco em um grupo seletivo de clientes locais e multinacionais e oferecendo produtos nos segmentos de câmbio, juros e tesouraria.

III. ESTRUTURA GLOBAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos eficaz é fundamental para que o Standard Chartered Bank possa gerar lucros consistentes e sustentáveis sendo, portanto, uma parte central da

gestão financeira e operacional do Grupo. Dentro da estrutura de gerenciamento de riscos, o Standard Chartered Bank gerencia os riscos da instituição de maneira ampla, com o objetivo de maximizar retorno enquanto permanece dentro do apetite de risco estabelecido pelo Grupo.

Como parte desta estrutura, o Grupo utiliza um conjunto de princípios que descrevem a cultura de gerenciamento de riscos que deseja manter:

- Equilíbrio entre risco e retorno: riscos são assumidos em suporte aos requerimentos das partes interessadas, em linha com a estratégia e dentro do apetite de risco do Grupo;
- Responsabilidade: é responsabilidade de todos os funcionários assegurar que os riscos sejam assumidos de forma disciplinada e focada. O Grupo possui plena consciência de suas responsabilidades sócio-ambientais e com a ética ao assumir riscos para geração de resultados;
- Delegação Responsável: o risco é assumido apenas com aprovação de pessoas autorizadas e quando houver infra-estrutura apropriada e recursos. Toda assunção de riscos deve ser transparente, controlada e comunicada;
- Prevenção: busca prevenir riscos futuros e maximizar consciência de todos os riscos; e
- Vantagem competitiva: busca de vantagem competitiva por meio de gerenciamento e controle de riscos eficientes e eficazes.

O Grupo tem como política divulgar os elementos da gestão de riscos necessários para suprir as partes interessadas com informações adequadas que demonstrem que os riscos estão sendo geridos de forma eficaz e em conformidade com a regulamentação aplicável. Os relatórios consolidados de gerenciamento de riscos do Grupo Standard Chartered estão disponíveis na internet <http://www.standardchartered.com>.

IV. RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

O Grupo Standard Chartered caracteriza risco de mercado como o risco de perdas resultantes de alterações nos preços e taxas de mercado. O Grupo possui exposições a risco de mercado decorrentes principalmente das operações com clientes. O objetivo das políticas e processos de risco de mercado do Grupo Standard Chartered é obter o melhor equilíbrio entre risco e retorno, sem deixar de atender as necessidades dos clientes.

As principais categorias de risco de mercado para o Grupo Standard Chartered são:

- Risco de taxa de juros: resultantes de mudanças nas curvas de juros, spreads de crédito e volatilidades implícitas das opções de taxa de juro;
- Risco da taxa cambial: resultantes de alterações nas taxas de câmbio e volatilidades implícita das opções de câmbio;
- Risco de preço das mercadorias: resultantes de alterações nos preços das commodities e volatilidades implícitas das opções de commodities, abrangendo energia, metais e agricultura;

- Risco de preço das ações: resultantes de alterações nos preços das ações, índices de ações, cestas de ações e das volatilidades implícitas das opções relacionadas.

A política e estrutura local de gerenciamento de risco de mercado é baseada nas políticas globais de gerenciamento de Risco de Mercado do Grupo com adaptações para enquadramento ao requerido pela Resolução 3464/2007 do Conselho Monetário Nacional.

Dentre as responsabilidades da área de gerenciamento de risco de mercado destacam-se:

- Monitoramento e análise das posições aos fatores de risco;
- Controle e monitoramento do risco de liquidez;
- Assegurar que posições estão de acordo com limites estabelecidos e aprovados internamente;
- Assegurar que os procedimentos internos estão de acordo com as políticas globais de risco de mercado definido pela matriz e requerimentos locais;
- Análise prévia aos fatores de risco de novas operações/produtos;
- Elaboração e envio dos relatórios regulatórios referentes a risco de mercado e liquidez;
- Elaboração e revisão da documentação das políticas e procedimentos da área de risco de mercado;

4.1 Governança

O Comitê de Risco do Grupo (GRC), aprova o apetite de risco de mercado para o Standard Chartered Bank, considerando a volatilidade do mercado, a variedade de produtos comercializados e classes de ativos, o volume de negócios e tamanho das transações.

O Comitê de Risco de Mercado do Grupo (GMRC) é responsável, por competência delegada pelo GRC, por definir os limites de *Value at Risk* (VaR) para os diversos níveis de negócio, além de recomendar o nível de VaR para o Grupo e limites de perdas em cenários de estresse de risco de mercado. O GMRC também é responsável pelas políticas e outras normas para o controle de risco de mercado e pela supervisão de sua implementação efetiva. Estas políticas abrangem tanto as operações incluídas na carteira de negociação (*trading*) como as operações classificadas como *banking*.

Adicionalmente, limites por localidade e linhas de negócio são propostos dentro dos termos das políticas internas do Grupo.

A área de Risco de Mercado (GMR), aprova e monitora as posições contra os limites estabelecidos. Limites adicionais são definidos para produtos específicos além de limites de concentrações de posição sempre que necessário. Como ferramentas de gestão de risco são utilizadas, além de VaR, medidas de sensibilidade. Por exemplo, a sensibilidade às taxas de juros é medida em termos de exposição a um aumento de um ponto base na curva de juros, enquanto que a sensibilidade às moedas, commodities e ações são medidas em termos dos valores adjacentes ou montantes envolvidos. O risco das opções são controlados através de limites de revalorização dos preços do ativo

adjacente e movimentos na volatilidade, além de limites de risco de volatilidade e de outras variáveis que determinam o valor das opções.

Dentre os limites monitorados pela área de risco de mercado, destacam-se:

- Limites de VaR (carteiras *trading* e *banking*);
- Limites de sensibilidades (carteiras *trading* e *banking*);
- Limites de sensibilidade por prazo (*bucketing*);
- Limites de fixing (carteira *trading*);
- Limites de exposição cambial por moeda;
- Limites de Liquidez (descasamento máximo por prazo, limite de depósitos por prazo, testes de estresse de liquidez);

4.2 Value at Risk

O Grupo Standard Chartered mede o risco de perdas resultantes de potenciais movimentos adversos futuros nas taxas de mercado, preços e volatilidades usando a metodologia de VaR. VaR, em resumo, é uma medida quantitativa do risco de mercado que aplica condições históricas recentes de mercado para estimar a perda potencial futura no valor de mercado, esta medida não deverá ser excedida em um determinado período de tempo dado um certo nível de confiança. O VaR fornece uma medida consistente que pode ser aplicada nas diversas linhas de negócios e produtos ao longo do tempo e pode ser monitorado contra o resultado diário das posições.

O VaR é calculado para os movimentos esperados de um período mínimo de um dia útil e um nível de confiança de 97,5 por cento. Este nível de confiança sugere que perdas potenciais diárias, além da medida do VaR, possam ocorrer seis vezes por ano.

O Grupo aplica duas metodologias do VaR:

- Simulação histórica: envolve a reavaliação de todas as posições em aberto para refletir o efeito das mudanças historicamente observadas nos fatores de risco de mercado sobre o valor da carteira atual. Este método é aplicado para os fatores de risco de mercado.
- Simulação de Monte Carlo: esta metodologia é semelhante à simulação histórica, com mais observações dos fatores de risco. Estes são gerados por técnicas de amostragem aleatória, mas os resultados mantêm a variabilidade e as correlações das mudanças nos fatores de risco observadas historicamente. Este método é aplicado para o VaR de spread de crédito.

Em ambos os métodos o período de histórico de observações utilizado é de um ano.

4.3 Back Testing

Para avaliar o seu poder de previsão, modelos de VaR são testados contra os resultados reais. O *Back testing* é realizado diariamente e verificado contra o *clean P&L* (resultado “limpo”) que é o resultado real para um dado dia útil ajustado para eliminar o

efeito de itens não relacionados ao risco de mercado. O *Back testing* também é realizado contra o *clean P&L* hipotético, definido como o *clean P&L* que teria ocorrido para um determinado dia útil, se a carteira utilizada como base para o cálculo de VaR permanecesse inalterada.

4.4 Testes de Estress

Perdas além do intervalo de confiança não são captadas pelo cálculo do VaR. Assim, o VaR não dá nenhuma indicação do tamanho das perdas inesperadas nessas situações.

A área de Risco de Mercado (GMR) complementa as medições semanais de VaR através de testes de estresse nas exposições ao risco de mercado com o objetivo de destacar o risco potencial que pode surgir a partir de eventos extremos de mercado.

O teste de estresse é uma parte integrante do quadro de gestão de risco de mercado e considera tanto eventos históricos quanto cenários *forward looking*. A metodologia de testes de estresse é aplicada tanto na carteira *trading* quanto na carteira *banking* do Grupo.

Os cenários de estresse são atualizados regularmente para refletir as mudanças no perfil de risco e eventos econômicos. O GMRC tem a responsabilidade de rever resultados dos testes de estresse e, se necessário, aplicar as reduções na exposição global de risco de mercado. O GRC considera os resultados dos testes de estresse como parte da sua supervisão do apetite pelo risco do grupo.

A metodologia do teste de estresse pressupõe que as possibilidades de ação da Tesouraria seria limitada durante um evento de estresse, refletindo a redução da liquidez que muitas vezes ocorre.

Cenários de teste de estresse são aplicados às taxas de juros, spreads de crédito, taxas de câmbio, preços de commodities e os preços das ações. Desta forma, todas as classes de ativos das cateiras *trading* e *banking* são contempladas.

Cenários *ad hoc* também são preparados para refletir as condições específicas de mercado e para concentrações de risco que surgem nas diversas linhas de negócio do Grupo.

4.5 Estrutura de Precificação

Os produtos só poderão ser negociados no SCB Brasil após aprovação formal do Programa de Produtos do Grupo, que identifica os riscos, controles e tratamentos regulatórios. A estrutura de controles é avaliada continuamente pelas áreas relevantes e pela Auditoria Interna. É política do Grupo que todos os instrumentos devem ser registrados nas contas financeiras com base no valor justo.

A área de controle de produtos (*Product Control*) é responsável pelos controles de valorização em conformidade com as políticas internas do Grupo. Sempre que possível, posições são marcadas a mercado em uma base consistente e diária com preços

cotados em mercados ativos. Se isso não for possível, as posições são marcadas utilizando modelos que tenham sido validados pelo GMR de forma periódica e independente. A área de controle de produtos (*Product Control*) assegura o cumprimento das políticas internas do grupo de ajustes de valorização (“valuation adjustments”) que incorporam risco de contraparte, *bid/ask spreads* e liquidez do mercado. O GMRC prevê a supervisão e gestão de todas as políticas e realiza uma análise mensal dos ajustes de valorização.

4.6 Comunicação Interna

Os relatórios elaborados pela área de risco de mercado tem como objetivo facilitar o controle e gerenciamento das posições do banco. A periodicidade de cada relatório pode variar conforme políticas internas do banco ou exigências dos órgãos reguladores.

Dentre os principais relatórios destacam-se:

- Relatório de VaR e exposições aos fatores de risco;
- Relatório de Liquidez
- Relatório de *Backtesting*;
- Relatório de Teste de Estresse;
- Relatórios Regulatórios;

Os relatórios de risco de mercado e liquidez são enviados diariamente para membros da diretoria do banco.

4.7 Sistemas Utilizados

A área de gerenciamento de risco de mercado do SCB Brasil utiliza os seguintes sistemas para cálculo e monitoramento de risco de mercado e liquidez:

- Hydra: Sistema Global para Cálculo de risco de mercado e controle das posições;
- Mitra: Sistema local para cálculo de risco de mercado regulatório e elaboração de relatórios;
- *Asset Control*: Sistema Global de armazenamento de dados de mercado utilizados nos cálculos das exposições e VaR.
- CRK: Sistema Local de *Back-Office*
- Exchange: Sistema Local de *Back-Office* para operações de câmbio

4.8 Políticas de Hedge

As operações de hedge executadas pela Tesouraria têm como objetivo:

- anular riscos indesejados advindos de operações realizadas com clientes;
- mitigar os riscos de descasamentos de posição, prazos, moedas ou indexadores.

- controlar e enquadrar as operações aos limites de exposição pré aprovados;
- reduzir exposições de operações em condições de estresse ou de baixa liquidez.

4.9 Risco de Taxa de Juros da Carteira *Banking*

A Carteira de Negociação (trading): consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.

O risco de taxa de juros da carteira *banking* é gerenciado pela Tesouraria do SCB Brasil, pela área de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) sob a supervisão local do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

A área de ALM gerencia o risco de juros da carteira *banking* utilizando produtos aprovados e está sujeita a limites específicos de VaR e sensibilidade.

VaR e testes de estresse são aplicados às posições da carteira *banking* da mesma forma que aplicados para a carteira de negociação.

O SCB Brasil não possui depósitos sem vencimento definido. Para os depósitos com cláusula de resgate antecipado (liquidez diária), o banco possui políticas internas que definem o percentual máximo que pode ser considerado no mapa de liquidez. Atualmente o banco adota uma postura conservadora e não considera nenhum depósito com liquidez diária em seu mapa de liquidez. Este montante é informado separadamente no relatório diário de liquidez enviado à Tesouraria e Diretoria.

4.10 Metodologia de Cálculos Regulatórios Locais

O SCB Brasil adota o modelo padronizado definido pelo Banco Central do Brasil para o cálculo das Parcelas referentes às operações incluídas na carteira de negociação..

Para as informações referentes à carteira *banking* (Rban) enviadas no relatório regulatório DLO, o banco utiliza o modelo de VaR histórico, *holding period* 10 dias, nível de confiança 99% e histórico de 250 dias.

4.11 Evolução da Exposição

- a) valor total da carteira de negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentado entre posições compradas e vendidas;

Fator de Risco	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010		Em 30/09/2010		Em 30/06/2010	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
taxa de câmbio	1,478,432	1,477,546	691,667	692,211	91,804	91,237	235	453
taxa de juros (moeda local)	1,502,403	1,209,124	246,693	248,947	218,965	98,648	453	-
taxa de juros (moeda estrangeira)	1,728,494	1,731,340	704,956	706,791	106,371	109,020	-	453
taxa de juros Total	3,230,897	2,940,464	951,649	955,738	325,336	207,668	453	453
preço de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
preço de mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-

* Em R\$ mil

b) total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentado entre posições compradas e vendidas;

realizadas no Brasil		Em 31/03/2011		Em 31/12/2010		Em 30/09/2010		Em 30/06/2010	
Fator de Risco		Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
taxa de câmbio	Balcão	1,239,967	609,857	454,357	517,994	82,396	3,298	-	-
	Bolsa	234,765	736,173	235,756	174,217	-	81,487	-	453
	Total	1,474,732	1,346,030	690,113	692,211	82,396	84,785	-	453
taxa de juros (moeda local)	Balcão	131,477	1,177,999	24,595	215,215	21,931	85,501	-	-
	Bolsa	1,329,284	6,166	218,375	9,183	99,582	10,165	453	-
	Total	1,460,761	1,184,165	242,970	224,398	121,513	95,666	453	-
taxa de juros (moeda estrangeira)	Balcão	1,389,293	628,715	462,703	517,995	82,392	21,080	-	-
	Bolsa	339,201	971,113	242,253	188,796	17,786	81,488	-	453
	Total	1,728,494	1,599,828	704,956	706,791	100,178	102,568	-	453
taxa de juros Total	Balcão	1,520,770	1,806,714	487,298	733,210	104,323	106,581	-	-
	Bolsa	1,668,485	977,279	460,628	197,979	117,368	91,653	453	453
	Total	3,189,255	2,783,993	947,926	931,189	221,691	198,234	453	453
preço de ações	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
preço de mercadorias	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-

* Em R\$ mil

realizadas no exterior	Fator de Risco	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010		Em 30/09/2010		Em 30/06/2010	
		Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida	Comprada	Vendida
taxa de câmbio	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
taxa de juros (moeda local)	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
taxa de juros (moeda estrangeira)	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
taxa de juros Total	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
preço de ações	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-
preço de mercadorias	Balcão	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bolsa	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-

V. RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de que a contraparte de uma transação financeira falhe em cumprir com suas obrigações, resultando em prejuízo financeiro para o Standard Chartered Bank. Exposições de crédito podem ser originadas tanto no livro de banking quanto no livro de trading.

O risco de crédito é gerenciado através de uma estrutura de políticas e procedimentos relativos à medida e administração do risco. Existe uma clara divisão das tarefas entre os originadores das transações na área de negócio, e os aprovadores, na área de risco. Todos os limites de exposição de crédito são aprovados de acordo com as alçadas de aprovação de crédito.

5.1 Políticas de Crédito

Os padrões e políticas globais de crédito são determinados pelo GRC (Comitê de Risco do Grupo Standard Chartered), que também supervisiona a delegação de aprovação de crédito e as autoridades de provisionamento de compromissos com empréstimos.

Políticas e procedimentos específicos a cada área de negócio são estabelecidos por comitês autorizados dentro dos bancos de atacado e varejo. Estes são consistentes com as políticas globais do Grupo, mas são mais detalhados e adaptados de modo a refletir os diferentes ambientes de risco e características dos portfólios.

5.2 Medição e Avaliação de Crédito

A medição do risco tem um papel importante, juntamente com a experiência e julgamento, no gerenciamento de portfólios, sendo essencial para investimentos sustentáveis.

Um padrão alfa-numérico de classificação de riscos, denominado Credit Grade, é utilizado em ambos os bancos de atacado e varejo. O sistema de medição é baseado nas estimativas de probabilidade de inadimplência internas do Grupo com relação aos clientes ou portfólios, avaliados de acordo com uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos. A escala de avaliação vai de 1 até 14 e os graus estão separados entre A, B e C. Menores graus indicam uma menor probabilidade de inadimplência, desta forma as categorias de 1A até 12C são atribuídas à clientes ou contas adimplentes enquanto os graus 13C e 14C designam clientes ou portfólios inadimplentes.

Não existe relação direta entre a classificação de crédito interna do Grupo e aquelas disponibilizadas por agências de crédito externas. As avaliações internas não são réplicas de avaliações externas de crédito porém, uma vez que os aspectos analisados podem ser similares, um cliente mal avaliado por agências externas provavelmente receberá uma nota similar internamente.

Modelos de medida de risco são aprovados pelo comitê de risco responsável, seguindo as recomendações do MAC (Comitê de Avaliação Modelo do Grupo). O MAC apóia os comitês de risco para que a identificação e medição dos riscos seja consistente e objetiva, de forma que as decisões de controle de risco sejam devidamente informadas. Antes da revisão pelo MAC, todos os modelos de IRB são validados detalhadamente pelo time de validação, que é independente dos times que desenvolvem e mantêm os modelos. Os modelos são reavaliados pelo menos uma vez ao ano. As revisões também são realizadas caso a performance do modelo se deteriore de forma significativa.

5.3 Aprovação de Crédito

As principais exposições de crédito para contrapartes individuais, grupos de contrapartes e portfólios de exposições de varejo são revisadas e aprovados pelo Comitê de Crédito do Grupo (GCC). O GCC herda sua autoridade do GRC.

Todas outras autoridades de aprovação de crédito são delegadas pelo GRC a indivíduos baseando-se em sua experiência, capacidade de julgamento e na estimativa da maior perda potencial de um dado cliente ou portfólio.

5.4 Risco de Concentração

O risco de crédito de concentração é gerenciado de acordo com limites de concentração determinados para cada contraparte (ou grupo de contrapartes); setor de atuação e país, no banco de atacado; ou produto, no banco de varejo. Limites adicionais de concentração são determinados para cada classe de risco.

As concentrações de crédito são monitoradas pelo comitê de risco responsável em cada uma das áreas de negócio. Limites de concentração que são significativos para o Grupo também são reavaliados e aprovados pelo menos uma vez ao ano pelo GCC.

5.5 Monitoramento e Comunicação Interna

O Grupo monitora regularmente exposições de crédito e tendências externas que possam impactar no resultado do gerenciamento de risco.

Relatórios internos de gerenciamento de risco são apresentados para os comitês de risco contendo o nível de inadimplência e desempenho dos empréstimos com valor recuperável reduzido (*impaired loans*), além de informações sobre as tendências políticas e econômicas nos principais portfólios e países.

No banco de atacado, contas e portfólios são colocados em estado de alerta quando mostram sinais de fraqueza ou deterioração financeira; por exemplo quando existe um declínio da posição do cliente com relação à indústria, violação de convênios, não cumprimento com uma obrigação ou existem problemas com relação à administração.

Tais contas e portfólios são submetidos a um processo dedicado supervisionado pelo GSAM (Gerenciamento de Ativos Especiais do Grupo). As contas são reavaliadas e as medidas corretivas são tomadas sendo seus resultados monitorados. As ações de correção incluem a redução da exposição, aumento da segurança, saída da conta ou transferência imediata do controle da conta para o GSAM.

5.6 Mitigação de Crédito

Perdas potenciais de crédito são mitigadas utilizando uma variedade de ferramentas tais como uso de garantia (*collateral*), garantia de crédito e derivativos de crédito. A confiança que é depositada nestes instrumentos é cuidadosamente avaliada considerando os cumprimentos legais, valor de mercado e o risco de contraparte do garantidor.

Tipos de garantia elegíveis para mitigação de risco incluem: dinheiro; propriedade residencial e comercial; ativos fixos como veículos, aeronaves, máquinas e equipamentos; títulos financeiros; commodities; garantias bancárias e cartas de crédito. O Grupo também realiza operações compromissadas reversas com garantia (*collateralized reverse repos*). As políticas de mitigação de risco controlam os tipos de garantia que podem ser utilizados.

As garantias são precificadas de acordo com a política de mitigação de risco do Grupo, que define a frequência de avaliação para cada tipo de garantia. A periodicidade desta precificação é determinada pela volatilidade dos preços, pela natureza de cada ativo-objeto e pela exposição de risco. Garantias contra empréstimos com valor recuperável reduzido (*impaired loans*) são mantidas ao valor justo.

Algumas exposições de crédito são reduzidas utilizando seguros contra inadimplência.

Quando apropriado, derivativos de crédito são utilizados para reduzir os riscos de crédito no portfólio. Dado seu impacto potencial na volatilidade das receitas, tais derivativos são usados de maneira controlada, respeitando sua volatilidade esperada.

5.7 Exposição a Risco de Contraparte

O risco de crédito dos produtos de trading é gerenciado no âmbito global de apetite de risco de crédito para com instituições financeiras e corporações.

A exposição de risco de crédito a produtos de trading provém da marcação à mercado positiva dos ativos-objeto juntamente com o risco potencial associado a cada operação. O componente potencial visa corrigir os possíveis movimentos de mercado.

Para contratos de derivativos, o Grupo limita sua exposição à perdas de crédito no evento de inadimplência através de acordos de compensação (*netting*) com determinadas contrapartes.

Adicionalmente, o Grupo assina CGDs (Contrato Global de Derivativo) com contrapartes de forma a regular as transações e mitigar a exposição. Em um processo de chamada de margem, garantias adicionais são chamadas da contraparte caso a marcação a mercado da exposição total sem garantia exceda o os limites estabelecidos e o limite mínimo de transferência, especificados no contrato. No caso de algumas contrapartes, o CGD é bilateral e exige que o Grupo deposite garantias caso a marcação a mercado favoreça o cliente e exceda um limite pré-determinado.

As atividades diárias de gerenciamento de risco de crédito para os ativos de trading é feita pelo TCRM (*Traded Credit Risk Management*) cujas atividades incluem a supervisão e aprovação de excessos temporários de níveis delegados pelo Comitê de Subscrições. O risco de crédito do emissor, incluindo riscos de liquidação e pré liquidação, é controlado pelo Risco de Crédito do banco de atacado, ao passo em que o risco dos preços é controlado pelo Risco de Mercado.

A seguir, é apresentada a parcela de alocação de capital para risco de crédito, segmentada por FPR.

Risco de Crédito da Contraparte (R\$ mil)	jun/10	set/10	dez/10	mar/11
FPR de 20%	5	86	41	173
FPR de 35%	-	-	-	-
FPR de 50%	-	346	1.523	2.131
FPR de 75%	-	-	-	-
FPR de 100%	31	501	725	2.433
FPR de 300%	-	-	-	-
Valor total da parcela PEPR	36	933	2.289	4.737

A seguir, é apresentado o valor nominal dos contratos nos quais não há atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segregados em contratos sem garantias e contratos com garantia:

Valor Nominal dos Contratos (R\$ mil)	jun/10	set/10	dez/10	mar/11
Contratos em que a Câmara não atue como contraparte central – com garantia	-	-	-	-
Contratos em que a Câmara não atue como contraparte central – sem garantia	-	107.182	762.413	1.842.615

A seguir, é apresentado o valor nominal dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central:

Valor Nominal dos Contratos	jun/10	set/10	dez/10	mar/11
Contratos em que a Câmara atue como contraparte central	453	138.029	566.069	2.228.966

VI. RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é o “risco de perdas diretas ou indiretas devidas a um evento ou ação resultantes de falha ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. Risco Operacional é definido como o “risco potencial de perdas oriundas de falhas de pessoas, processos ou tecnologia ou de impactos de eventos externos”.

6.1 Objetivo

A exposição do Grupo Standard Chartered ao risco operacional é uma consequência das atividades de negócios do Grupo. É objetivo do Grupo minimizar a exposição ao risco operacional, sujeito a um *tradeoff* de custos. Para facilitar a identificação e a avaliação proativa do risco, o Grupo categoriza o risco operacional por subtipos de riscos específicos, onde cada subtipo representa um grupo de perdas materiais e potenciais de risco operacional que precisam ser gerenciadas. Para cada subtipo, designa-se um responsável com a incumbência de assegurar que este subtipo seja administrado dentro do apetite de risco existente na respectiva área de controle.

6.2 Estrutura de Governança

A Governança da administração do risco operacional no nível do Grupo é alcançada através de uma estrutura definida de Comitês de Controle de Risco Operacional responsáveis por supervisionar todos os riscos materiais, as respostas aos riscos levantados e a adequação e a efetividade dos controles dentro de uma dada Área de Controle de Risco Operacional. O Comitê de Risco Operacional do Grupo é responsável por supervisionar a adequação do risco de governança e do controle realizado pelos Comitês de Controle de Risco Operacional. A governança do risco operacional é também assegurada no nível das Unidades de Negócios e do País através de uma estrutura definida de comitês de risco que se integram à estrutura do comitê de risco total do Grupo. Todos os comitês de risco operacional operam com uma estrutura definida de autoridades delegadas e termos de referência derivados do Comitê de Risco Operacional do Grupo (GORC, na sigla em inglês).

6.3 Papéis e Responsabilidades

A administração efetiva e tempestiva do risco é facilitada através dos seguintes processos-chave:

- Registros de Risco – as unidades de negócios usam o registro de risco para documentar suas exposições ao risco bruto e os controles mitigadores, bem como para monitorar as exposições ao risco residual, assegurando que essas exposições sejam ministradas dentro do apetite de risco;
- Auto-avaliações de controle – as unidades de negócios primárias realizam auto-avaliações regulares para avaliar se os controles-chave estão sendo cumpridos e efetivos;
- Descrição e administração de Eventos/Problemas – eventos e problemas relacionados a risco operacional são reportados para o nível adequado da administração para assegurar que estes eventos e problemas sejam entendidos, recebam a atenção necessária e administração apropriada;
- Aprovação de novo produto – exposições de risco operacional relacionadas à introdução de novos produtos e serviços são minuciosamente avaliadas, direcionadas durante o processo de aprovação do produto e monitoradas ao longo do ciclo de vida do produto.

As exposições identificadas de risco operacional são classificadas como “baixa”, “média”, “alta” e “extrema”, de acordo com o risco avaliado e aceito pelos comitês de risco operacional.

Uma estrutura de políticas, procedimentos e controles dirigem a administração proativa de exposição ao risco bruto para um nível residual aceitável. A Política e os Procedimentos de Risco Operacional do Grupo estão alinhados à Estrutura de Gerenciamento de Risco do Grupo e estabelecem regras claras e padrões para uma administração efetiva do risco operacional por todo o Grupo. As políticas de risco operacional para as Áreas de Controle de Risco, unidades de negócios e países garantem consistência com a Política e os Procedimentos de Risco Operacional do Grupo. As Políticas e os Procedimentos de Risco Operacional são questionados e revisados regularmente para assegurar a contínua efetividade e alinhamento ao perfil e apetite de risco operacional do Grupo.

6.4 Administração da Informação

O Conselho de Diretores e a Administração Sênior proativamente gerem e controlam o perfil de risco operacional do Grupo através do reporte da administração de informação que antecipa e foca o futuro e através da inteligência nas exposições aos riscos materiais, na experiência em perdas operacionais e nos resultados dos controles-chave. O reporte de risco operacional e escalonamento tempestivos dão suporte ao processo de tomada de decisão de risco nas operações-chave dentro do Grupo.

6.5 Metodologia de Cálculo de Capital

O SCB Brasil adotou a metodologia BIA (Abordagem do Indicador Básico) para cálculo da P_{OPR} (Parcela referente ao Risco Operacional). Nesta abordagem, o cálculo de

capital é feito com base na receita bruta, sem exigências de requisitos prévios, aplicando-se um percentual fixo sobre a média da receita bruta total positiva dos três anos anteriores em questão. Como o Banco no Brasil foi aberto em Maio de 2010 e não possui uma base histórica de três anos, a P_{OPR} foi calculada segundo os dados de previsão de receita apresentados no Plano de Negócios ao Banco Central do Brasil, metodologia prevista na Circular 3.383/08.

VII. GESTÃO DE CAPITAL

A abordagem para gestão de capital do Grupo é direcionada para manutenção de uma base de capital robusta para suportar o desenvolvimento dos negócios, para cumprir com requerimentos de órgãos reguladores em todos os momentos e para manter bons *ratings* de crédito.

O capital mantido nas filiais e subsidiárias do Grupo visa a cumprir com as exigências de órgãos reguladores. Processos e controles adequados são colocados em prática para monitorar e gerir a adequação do capital e assegurar conformidade com as exigências locais em todas as entidades legais. Estes processos são planejados para assegurar que o Grupo tenha capital disponível suficiente para cumprir os requerimentos locais em todos os momentos.

Não há atualmente nenhum impedimento prático ou legal relevante para a pronta transferência de recursos de capital em quantidade superior àquela requerida pelos órgãos reguladores ou para quitar compromissos assumidos entre a controladora Standard Chartered Plc e suas subsidiárias, quando devidos.

7.1 Patrimônio de Referência (PR)

A seguir, é apresentado o detalhamento da apuração do Patrimônio de Referência (PR):

APURAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (R\$ mil)	VALOR Jun-10	VALOR Set-10	VALOR Dez-10	VALOR Mar-11
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	180.091	180.127	179.864	176.055
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	180.045	179.727	179.752	176.110
Patrimônio Líquido	180.091	180.445	179.864	178.308
Contas de Resultado Credoras	-	15.205	-	163.774
(-) Contas de Resultado Devedoras	-	(15.523)	-	(166.027)
(-)Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(46)	(400)	(112)	55
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)	46	400	112	(55)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	46	400	112	(55)
DEDUÇÕES DO PR	-	-	-	-

7.2 Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e adequação do PR

O Standard Chartered Bank (Brasil) S.A. – Banco de Investimento mantém patrimônio de referência compatível com os riscos de suas atividades, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

O cálculo do Índice de Basileia foi efetuado de acordo com a seguinte fórmula:
 $PR * 100 / (PRE / \text{fator } F)$, conforme determinado pelo Bacen.

A seguir, é apresentado o detalhamento do Cálculo do Limite de Compatibilização do PR com o PRE:

Compatibilização do PR com o PRE (R\$ mil)	VALOR Jun-10	VALOR Set-10	VALOR Dez-10	VALOR Mar-11
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA LIMITE DE COMPATIBILIZAÇÃO DO PR COM O PRE (PR_LB)	180.091	180.127	179.863	176.055
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	180.091	180.127	179.863	176.055
(-) EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	-	-	-	-
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)	10.454	11.494	14.440	18.169
Valor Total da Parcela PEPR	36	933	2.289	4.737
Valor Total da Parcela PCAM	218	-	-	-
Valor Total da Parcela PJUR[1]	-	25	122	192
Valor Total da Parcela PJUR[2]	2	338	1.831	3.042
Valor Total da Parcela PJUR [3]	-	-	-	-
Valor Total da Parcela PJUR [4]	-	-	-	-
Valor Total da Parcela PCOM	-	-	-	-
Valor Total da Parcela PACS	-	-	-	-
Valor Total da Parcela POPR	10.198	10.198	10.198	10.198
VALOR CORRESPONDENTE AO ADICIONAL DE PRE DETERMINADO PELO BACEN	-	-	-	-
VALOR CORRESPONDENTE AO RBAN	522	381	524	376
VALOR DA MARGEM OU INSUFICIÊNCIA	169.115	168.252	164.900	157.511
ÍNDICE DE BASILEIA	190%	172%	137%	107%